

Julgamento da Impugnação

Ato Convocatório nº 005/2025

Processo nº 0188/2025

Objeto do Certame: contratação de empresa especializada para fornecimento de locação de software de gestão hospitalar com suporte técnico para a Fundação do ABC - Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário.

Objeto do Julgamento: Impugnação ao Ato Convocatório

1. Do Relatório

Cuida-se de decisão de julgado da impugnação do Ato Convocatório ofertada pela Empresa Benner Tecnologia e Sistema de Saúde Ltda.

2. Da Regularidade e Tempestividade da Impugnação

O ato convocatório, em seu item 7.3, estabelece que:

7.3 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do Ato de Convocação até 2 (dois) dias antes da data de abertura do certame, dirigido o recurso à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida;

Considerando que a entrega das propostas estava prevista para o dia 22 de agosto do corrente ano, a empresa protocolou sua impugnação em 20 de agosto, tornando-a **tempestiva**.

A representação da parte peticionária também é **regular**, uma vez que não há obrigatoriedade de que apenas pessoas com intenção de participar do certame tenham legitimidade para impugnar o ato convocatório, mas sim toda e qualquer pessoa civilmente capaz.

Portanto, a presente impugnação é **recebida por ser regular**.

É importante esclarecer que, após o recebimento da impugnação, a autoridade máxima da unidade decidiu por não atribuir-lhe **efeito suspensivo**, conforme previsto no regulamento de compras da Fundação do ABC:

7.4 - A impugnação oferecida dentro do prazo estabelecido no item anterior, será encaminhada imediatamente à autoridade máxima da Unidade, para que esta se manifeste quanto à aplicação do efeito suspensivo ou não a essa;

3. Das Razões Apresentadas pela Impugnante

A empresa peticionária impugna o ato convocatório, arrazando que o referido contém falhas que sugere a violação dos princípios aplicáveis à licitação.

Diz a peticionária que o ato convocatório da licitante viola os princípios da isonomia, ampla competitividade e motivação e do dispositivo legal previsto no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, quando estabeleceu prazo de validade de 2 (dois) anos para o atestado de capacidade.

Argumenta a impugnante que o dispositivo citado veda a licitante a estabelecer a validade do atestado de capacidade técnica.

Desta forma, pugna pelo acolhimento da impugnação a fim de adequar o instrumento convocatório, para retirar do item 4.10.1 a validade do atestado de capacidade técnica de 2 (dois) anos.

Em apertada síntese são os argumentos lançados pela empresa impugnante.

4. Da Decisão Impugnação Ofertada pela Benner Tecnologia e Sistema de Saúde Ltda.

A impugnante delinea, em suas razões, inconsistência no ato convocatório, especificamente, item 4.10.1, que exige que o atestado de

capacidade técnica tenha sido expedido há, no máximo, 2 (dois) anos da data da publicação do edital.

*4.10.1 - Atestado de capacidade técnica expedido por órgãos públicos ou privados, pertinente ao ramo de atividade da interessada e que tenha relação com o objeto da ser contratado, registrado no órgão competente, quando necessário, **não superior a 2 anos da data da publicação do edital;***

O apelo não deve prosperar, senão vejamos.

Inicialmente, cabe ressaltar que a Fundação do ABC e suas mantida, utilizam como parâmetro licitatório seu **Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras**, aprovado e publicado na forma da lei.

Ou seja, os termos listados no regulamento são de parâmetros obrigatório para as mantidas da Fundação do ABC, pois, como ficou decidido ADIN nº 1.923/DF¹, **dispensando-se a utilização da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que a Lei nº 9.637 de 1998 que instituiu as chamadas organizações sociais, previu a possibilidade de essas entidades criassem regulamento próprio de compras e contratações².

¹ "ADIN nº 1.1923/DF - [...] 15. As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações com terceiros, ao dever de licitar, o que consistiria em quebra da lógica de flexibilidade do setor privado, finalidade por detrás de todo o marco regulatório instituído pela Lei. Por receberem recursos públicos, bens públicos e servidores públicos, porém, seu regime jurídico tem de ser minimamente informado pela incidência do núcleo essencial dos princípios da Administração Pública (CF, art. 37, caput), dentre os quais se destaca o princípio da impessoalidade, de modo que suas contratações devem observar o disposto em regulamento próprio (Lei nº 9.637/98, art. 4º, VIII), fixando regras objetivas e impessoais para o dispêndio de recursos públicos."

² Lei 9.637/98 - Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras: [...] VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

Nesse sentido, os termos elencados no ato convocatório estão de acordo com os padrões que a Licitante entende ser adequados para os serviços requeridos, não havendo, sobremodo, situações em que sugerisse **violação aos princípios gerais** previstos no art. 5º do Regulamento de Compras da Fundação do ABC³.

Cabe consignar que o critério que foi adotado, quando se estabelece a validade para o atestado, deveras, **não fere o regulamento**, porque as adequações no instrumento é uma prerrogativa da autoridade máxima da unidade Licitante, em consonância com os padrões de autonomia organizacional.

Ademais, ao contrário do alegado pela impugnante, não se estabeleceu uma validade ao documento, mas sim se previu que o documento tenha uma data contemporânea como forma de a empresa demonstrar que tenha executado serviços similares ao objeto da licitação não superior a 2 (dois) anos.

Importante notar que, dada a natureza da contratação continuada prevista no ato convocatório, a própria lei geral de licitações e contratos – ainda que não seja aplicável à espécie –, possibilita que a licitante estabeleça prazo do atestado de capacidade técnica⁴.

³ Art. 5º A área de compras seguirá os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, do planejamento, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital/memorial, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável e da transparência de todas as suas atividades, garantindo assim lisura em todo o processo de aquisição de bens e contratação de serviços.

⁴ “Lei nº 14.133/2021 - Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.”

Portanto, ante as razões expostas e na melhor forma de direito, com base no art. 10 do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços de Terceiros e Obras da Fundação do ABC, **julgo improcedente** a impugnação ofertada pela empresa Benner Tecnologia e Sistema de Saúde Ltda.

É como decido.

São Paulo, 21 de agosto de 2025.



Diego Ferreira de Lima Bruno
Assessoria Jurídica - OAB/SP nº 370.277
Fundação do ABC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário